

# "Recrutar e expandir": o caso Venezuela e a estratégia dos EUA para a região



» JULIANO DA SILVA  
CORTINHAS  
Professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB)

**A** intervenção dos Estados Unidos na Venezuela traz maior instabilidade para as relações internacionais, em especial para a América Latina. Trump reposiciona os EUA no mundo e deixa claro que o país não irá mais pagar pelos custos de manutenção da ordem internacional. Essa estratégia foi iniciada em sua gestão anterior, mas agora o foco é o continente americano.

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS), publicada recentemente, deixa isso evidente a partir do "Corolário Trump à Doutrina Monroe", o qual estabelece que "recrutar e expandir" são os objetivos dos EUA para o continente americano. Os aliados dos EUA nas Américas serão recrutados para "controlar a migração, interromper os fluxos de drogas e fortalecer a estabilidade e a segurança", enquanto a expansão significa reforçar a atratividade dos EUA "como o parceiro econômico e de segurança preferencial do Hemisfério".

Assim, a NSS esclarece uma premissa que foi usada na intervenção da Venezuela: os EUA não respeitam mais o direito internacional; suas ações se guiarão exclusivamente pelo que a gestão atual considera ser o interesse nacional do país. A operação contra a Venezuela, nesses termos, não teve caráter ideológico, mas econômico/comercial. Maduro não foi retirado do poder



## A ousadia de uma Lei Geral da Gestão Pública: proposta de novo pacto entre jurista e gestor



» CLARICE CALIXTO  
Procuradora-Geral da União na  
AGU e doutora em direito

**O** Brasil vive um momento histórico: a chance de discutir o papel do direito na construção de um Estado mais capaz, justo e efetivo. A proposta de uma nova Lei Geral da Gestão Pública quer aproximar o mundo das normas da realidade da administração e fazer do direito um viabilizador da ação pública.

O texto não reflete uma reforma administrativa tradicional: não aborda cargos, organogramas ou carreiras. Trata de algo mais profundo: o marco jurídico da gestão pública e a consolidação das políticas públicas como eixo condutor da ação estatal. O ponto de encontro entre a política, a gestão e as pessoas.

O Decreto-Lei nº 200, de 1967, moldou a administração moderna com a racionalidade que o país respirava à época, baseada em hierarquia, planejamento e controle. Mas também refletiu um contexto autoritário, em que eficiência e racionalidade se confundiam com rigidez e centralização.

As políticas públicas passam a ser o fio condutor desse novo arranjo, articulando os mecanismos de

gestão em torno de resultados que gerem valor público e fortaleçam a democracia. Nesse cenário, o direito figura como peça central da caixa de ferramentas para as ações do Estado, ao lado da tecnologia, das pessoas, da governança, do orçamento e dos instrumentos de gestão em geral.

O foco não é restringir o gestor, mas dar-lhe segurança jurídica para agir. Não é multiplicar normas, mas dar coerência e clareza ao que já existe. Não é insistir em excessos burocráticos, mas fortalecer as capacidades do Estado.

Com a entrega da proposta ao governo federal, inicia-se agora uma nova etapa: a de análise e aprimoramento técnico pelo Executivo, com rodadas de diálogo com os demais Poderes, entes federativos, sociedade civil e academia.

É o início de uma transição que busca atualizar o direito administrativo e renovar o pacto entre o Estado e a cidadania, tendo as políticas públicas como eixo integrador entre o jurídico e a governança, entre o Estado e sociedade.

Porque o Estado que queremos não é apenas legal: é legítimo, transformador e próximo das pessoas. Porque governar, afinal, é transformar vontade política em ação pública — e isso só é possível quando o direito se torna instrumento de realização do interesse público e da própria democracia. Reconhecendo desigualdades e valorizando diversidades.

A proposta da Comissão de Especialistas não é uma panaceia. Mas é, sim, um passo firme para que o direito administrativo cumpra o papel que sempre deve ter: dar base e forma a um Estado que aprende, coopera e entrega.

fundamentais da democracia estadunidense é o sistema de freios e contrapesos, que assegura a autonomia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Se Trump forçar o Judiciário a condenar Maduro sem provas, haverá uma grave ruptura do sistema, aprofundando a crise democrática nos EUA.

Para a América Latina, as consequências da estratégia de Trump também são perturbadoras. Os países que não atenderem aos seus interesses estarão sujeitos a pressões econômicas ou a operações militares diretas.

O Brasil dificilmente sofrerá ação semelhante à da Venezuela. Temos alianças mais sólidas e maior capacidade de dissuadir uma operação militar, tanto pelo tamanho do território quanto pela nossa capacidade diplomática. Ainda assim, não estamos livres da ameaça de interferências. Em um ano eleitoral, o Corolário Trump pode levar a tentativas de influenciar o resultado das urnas.

Nesse cenário de aumento da instabilidade, o Brasil fica prejudicado, mas há meios de nos protegermos. Precisamos continuar confiando nos aliados tradicionais e diversificar parcerias, comportamentos que ampliam nossa capacidade de dialogar com os EUA, a exemplo do episódio do tarifaço. Uma das variáveis essenciais para a escolha da Venezuela como primeiro alvo no continente foi a vulnerabilidade decorrente do seu isolamento. Ampliar parcerias internacionais (com ênfase na região), aumentar a coesão interna, por meio de crescimento econômico e da redução da desigualdade, e fortalecer nossa democracia minimizam o risco de intervenções externas. Isso, porém, exigirá esforço conjunto do governo e da sociedade, tarefa que não parece fácil na atualidade.

# O paradoxo da esquerda tradicional diante da Venezuela



» LUZ NEIRA PARRA  
Membro da Associação Venezuelana de Pesquisadores em Comunicação (InveCom), jornalista e professora universitária

**O** dia 3 de janeiro de 2026 marcou um marco devastador na prolongada e profunda tragédia venezuelana. A operação militar culminou com a destituição de Nicolás Maduro do poder de uma revolução tão fracassada quanto sangrenta. Os Estados Unidos decapitaram e interromperam décadas de opressão e medo silencioso de sua população, mas também de destruição sistemática das instituições e do aparato produtivo de um país democrático. Enquanto os venezuelanos dentro do país prendiam a respiração, ainda sob a ameaça do regime que, embora ferido, mantém o controle das armas, dos territórios e do medo, os exilados comemoravam com emoção transbordante: lágrimas, alívio, incredulidade. Comemoravam porque, após anos de dor e exílio forçado, o ciclo de terror parecia abrir uma porta, ainda que frágil, para a esperança.

Em contrapartida, uma parte significativa da esquerda reagiu como sempre: revelando uma profunda divisão na esquerda latino-americana e global. Ela se pronunciou com o discurso anti-imperialista dos anos 1960, repleto de clichês sobre a intervenção dos Estados Unidos; solidarizou-se com Maduro e o regime chavista, depois defende a soberania, que antes nunca defendeu, diante da presença forçada em território venezuelano de grupos armados colombianos e diante do controle do poder político por parte dos cubanos, e, por fim, se sobra espaço, a consideração pelos venezuelanos, sem nunca mencionar que Maduro é um ditador sanguinário que roubou descaradamente as eleições de 28 de julho de 2024, embora Trump também não faça referência a esse fato tão transcendental para o país.

A tragédia humana voltou a ocupar o último lugar na hierarquia moral dos mandatários e intelectuais representantes dessa esquerda. Não se tratou de um debate estratégico ou de cautela prudente. Tratou-se de uma resposta quase reflexa, um automatismo doutrinário que prioriza manuais e mapas em detrimento de corpos concretos e sofredores. Esse padrão não é exclusivo da Venezuela. Ele se repete em Cuba e na Nicarágua, onde a repressão é relativizada diante do embargo; no Irã, onde as punições e a violência, especialmente contra as mulheres, desaparecem diante da narrativa anticolonial; em tantos outros regimes onde o carrasco correto ocupa o espaço adequado na geopolítica. A regra de ouro se mantém: se o opressor enfrenta os Estados Unidos, merece compreensão; se as vítimas coincidem com a narrativa do "inimigo", devem esperar, calar-se, resistir em silêncio.

Não há ingenuidade nessas posturas. Que ninguém seja pego de surpresa. Também não podemos cair em ingenuidades políticas. Todos conhecemos, com rigor ou sem rigor, a história das intervenções americanas na região, os golpes de Estado e o caráter instrumental da política externa americana desde a Doutrina Monroe. Ninguém espera que Trump aja com altruísmo. O que Trump quer é o petróleo da Venezuela. Todos querem o petróleo da Venezuela. Ou será que a presença da China e da Rússia se deve à amizade com Maduro? São questões geopolíticas que sempre estarão presentes em uma mesa de negociações. No entanto, reconhecer isso não exige eliminar a solidariedade, amputar a emoção humana elementar do alívio da captura do despotismo e reconhecer a enorme tragédia que sofre o corajoso povo venezuelano. Negar a alegria contida dos 8 milhões da diáspora, ignorar as lágrimas daqueles que recuperam por um instante a dignidade roubada, é substituir a ética por dogmas anti-imperialistas.

Durante anos, a esquerda confundiu análise crítica com anestesia moral. Protegeu teorias e manuais doutrinários acima de corpos torturados, defendeu princípios abstratos mais do que vidas concretas. Desenvolveu um "mas" sistemático: um "mas" antes de um abraço, antes mesmo de celebrar a possibilidade de alívio. A esquerda, em sua busca por coerência anti-imperialista, deixou de bater junto com as vítimas. E é aí que reside seu mais grave fracasso ético.

Na Venezuela, dentro do país, a comemoração continua contida. As pessoas medem cada gesto, cada palavra, porque o medo ainda pesa, porque a máquina de controle não desapareceu completamente. No exílio, porém, a reação é diferente: lá, a alegria explode, visceral e humana. Não por Trump, nem pelos Estados Unidos, nem pela legitimidade da operação, mas pela possibilidade de que o terror cotidiano comece a desmoronar e que, finalmente, os venezuelanos possam olhar para frente. Negar esse direito emocional, por dogma ou preconceito, é um ato de crueldade intelectual e moral.

Celebrar a esperança não significa ignorar a história, nem absolver nenhum ator; significa colocar a dignidade humana acima de abstrações, mapas e manuais. Significa, finalmente, voltar para onde a esquerda sempre deveria ter estado: ao lado do povo. Se não o fizer, perderá a autoridade moral que lhe permite falar em nome dos oprimidos e confirmarão o que muitos sentem há anos: que a coerência doutrinária sem coração é simplesmente outra forma de abandono.

A história mostra que poucas ditaduras caem sem pressão internacional. O Chile, a Argentina e a Espanha confirmam isso. Exigir que um país submetido a anos de repressão consiga sua libertação sozinho é um luxo ético que a realidade raramente concede. Negar isso é transformar a pureza doutrinária em indiferença para com o sofrimento das vítimas.